

# **O TEMA GÊNERO E AS AUTORAS NO CAMPO EDITORIAL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: UM BREVE ESTUDO SOBRE REVISTAS A1 NOS ÚLTIMOS 30 ANOS**

*THE GENDER THEME AND THE WOMEN AUTHORS IN THE EDITORIAL FIELD OF SOCIAL SCIENCES IN BRAZIL: A BRIEF STUDY ON A1 JOURNALS IN THE LAST 30 YEARS*

*LA TEMÁTICA DE GÉNERO Y LAS AUTORAS EN EL CAMPO EDITORIAL DE LAS CIENCIAS SOCIALES EN BRASIL: UN BREVE ESTUDIO SOBRE LAS REVISTAS A1 EN LOS ÚLTIMOS 30 AÑOS*

## **TÂNIA MARA CAMPOS DE ALMEIDA**

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB).  
Professora do Departamento de Sociologia (UnB) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) – Brasília – DF.

[taniamaraca@unb.br](mailto:taniamaraca@unb.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4147-7668>

## **EMERSON FERREIRA ROCHA**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Sociologia (UnB) – Brasília – DF.

[erochedo@unb.br](mailto:erochedo@unb.br)

<https://orcid.org/0000-0001-8007-367X>

Recebido em: 30/04/2022

Aceito em: 04/04/2022

Publicado em: 09/11/2023

### **Resumo**

O presente artigo realiza um estudo exploratório e descritivo sobre a presença de autoras e do tema gênero no campo editorial das Ciências Sociais no país, a partir da análise comparativa entre periódicos com Qualis A1, abrangendo Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas e áreas afins, inseridos na plataforma SciELO, com mais de trinta anos de publicação contínua. Ancora-se pela busca da frequência e distribuição de autoras como únicas e primeiras assinantes dos seus artigos, bem como pela frequência do tema gênero, em caráter estrutural para a compreensão da realidade social, no decorrer de seus perfis de publicação. Em particular, centra-se na revista Sociedade e Estado, com o intuito de mostrar como a expressiva contribuição feminina nos critérios observados, inclusive por meio do número majoritário de editoras mulheres à sua frente, contribuiu para a presença feminina na autoria de artigos e para o debate e o aprofundamento de

gênero no panorama teórico-conceitual da área, impactando juntamente com as demais revistas na formação docente, acadêmica e a agenda de pesquisa na pós-graduação brasileira.

**Palavras-chave:** Gênero. Pesquisadoras. Campo editorial. Ciências sociais. Periódicos científicos.

### **Abstract**

This article conducts an exploratory and descriptive study on the presence of authors and the gender theme in the editorial field of Social Sciences in Brazil, based on a comparative analysis between journals with Qualis A1, covering Sociology, Anthropology, Political Sciences and related areas, those inserted in the SciELO platform, in the last thirty years. It focuses on the search for the frequency and distribution of women authors as the only and first subscribers to their articles, as well as for the frequency of the gender theme, in a structural character for the understanding of social reality, in the course of their publication profiles. In particular, it focuses on the journal *Sociedade e Estado* in order to show how the significant female contribution in the criteria observed, including the majority of female editors at its head, contributed to the female presence in the authorship of articles and to the debate and the deepening of gender in the theoretical-conceptual panorama of the area, impacting with the other journals teaching and academic training and the research agenda in Brazilian postgraduate studies.

**Keywords:** Gender. Women researchers. Editorial field. Social sciences. Scientific journals.

### **Resumen**

Este artículo realiza un estudio exploratorio y descriptivo sobre la presencia de autores y la temática de género en el campo editorial de las Ciencias Sociales en el país, a partir de un análisis comparativo entre revistas con Qualis A1, cubriendo Sociología, Antropología, Ciencias Políticas y áreas afines y las insertadas en la plataforma SciELO, en los últimos treinta años. Busca encontrar la frecuencia y distribución de las autoras como únicas y primeras suscriptoras de sus artículos, así como la frecuencia de la temática de género, de carácter estructural para la comprensión de la realidad social, en el transcurso de sus perfiles de publicación. En particular, se centra en la revista *Sociedade e Estado* para mostrar cómo la importante contribución femenina en los criterios observados, incluyendo la mayoría de editoras-responsables, contribuyó a la presencia femenina en la autoría de los artículos y al debate y la profundización del género en el panorama teórico-conceptual del área, impactando junto con otras revistas la formación docente, académica y la agenda de investigación en posgrados brasileños.

**Palabras-clave:** Género. Investigadoras. Campo editorial. Ciencias sociales. Revistas científicas.

## **1 Introdução**

---

Pouco se fala, ainda hoje, sobre a participação das mulheres nos periódicos científicos, na difusão do saber acadêmico e nas políticas editoriais, embora estudos cientométricos sobre indicadores de gênero estejam se desenvolvendo a cada dia (GODOI, 2018). Por longo tempo, as universidades e os institutos de pesquisa foram espaços exclusivamente masculinos ou representados como tal nas suas figuras emblemáticas, nos seus nomes fundadores, nas suas imagens e práticas cotidianas, além de ignorarem o devido valor e contribuição das cientistas no

bojo da dinâmica sexista conhecida por Efeito Matilda (ROSSITER, 1993). As mulheres vêm se empenhando há décadas em adentrar às portas do ensino superior e dos centros investigativos em várias partes do mundo, levantando inclusive o debate em torno de si enquanto legítimas sujeitas produtoras de conhecimento e capacitadas para atuar em todas as suas frentes, recebendo seu justo reconhecimento.

Esse movimento ganhou força por meio da formulação de epistemologias feministas e da crítica feminista à ciência iniciada em meados do século XX, quando mulheres já alcançavam destaque no ambiente acadêmico. Os modos de organização e obtenção da verdade científica, como a imparcialidade, a neutralidade e a prevalência da visão de mundo masculina, como o androcentrismo, presentes nas instituições, nos processos de elaboração dos resultados científicos e das inovações tecnológicas, bem como de sua circulação, foram colocados em debate. Além disso, questionamentos aos modelos educacionais implantados na América Latina passaram a confrontar o seu viés eurocêntrico, com explícitos traços racistas, classistas e de colonialidade, juntamente com o sexismo, impedidor do acesso das mulheres indígenas, negras, pobres e outras minorias sociais nesses *loci* de saber-poder (ALMEIDA; ZANELLO, 2022). Dar visibilidade às mulheres que inauguraram e consolidaram prestigiadas revistas científicas, às pareceristas voluntárias nos seus bastidores e aos temas afeitos aos estudos que possuem majoritariamente autoras no seu desenvolvimento, como os estudos das relações de gênero, traz à tona parte da história da ciência e da atuação empreendida em áreas do conhecimento em que elas despontaram, como na Sociologia brasileira. Haja vista que as mulheres envolvidas nessas atividades desempenham, normalmente, o papel de renomadas pesquisadoras, formadoras de novas gerações e experientes docentes de ensino superior e pós-graduado, impactando de modo direto no Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Compreender o cenário da difusão e da cultura científica no país é um passo que vem sendo tomado em diversas áreas, inclusive como meio de fortalecimento da cidadania e de movimentos sociais voltados à defesa do domínio público da ciência. Variadas são as perspectivas de abordagem que se empenham em revelar possibilidades e entraves à ciência (BIZZO, 2002; PORTO, 2009; MARCELO; HAYASHI, 2013), inclusive aquelas desenhadas em contextos complexos como o negacionismo científico na recente pandemia de COVID-19 e o desestímulo à nossa política científica (CAPONI, 2020).

Para tanto, este artigo centra-se no periódico em que o e a autor/a conheceram diretamente suas rotinas e políticas, *Sociedade e Estado*, com o intuito de descrever e analisar, em caráter exploratório, as diferentes e destacadas atuações das mulheres desde sua criação e consolidação ao seu atual movimento de maior expansão e internacionalização, uma vez que esses aspectos lhes chamaram a atenção nos primeiros esforços de sistematização dos dados a seu respeito quando dela se aproximaram. Além disso, discute o fato de o termo gênero ter alcançado grande relevância em suas páginas nestes 37 anos de edição, contribuindo para o debate e o aprofundamento desse tema no campo das Ciências Sociais e Humanas no país e exterior, bem como associando tais resultados ao panorama teórico-conceitual da área. Esboça-se, então, uma linha comparativa entre essa revista e outras com perfil semelhante de editoração e Qualis, identificando como as autoras e o tema gênero está por elas distribuído, suas tendências a partir do início de nova dinâmica e organização do campo editorial no país nos anos 1990 e, ainda, paralelos com a Sociologia em geral.

## **2 Intersecções de gênero no campo editorial das ciências sociais no Brasil**

Esta seção traz um breve contexto sobre a participação feminina em publicações, assim como da abordagem do tema gênero, nas revistas das Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, no Brasil, durante as últimas três décadas. Por campo editorial, entende-se o ambiente em que se dão os processos de produção, seleção, registro e circulação dos artigos acadêmicos da referida área do conhecimento. Entre nós, esse campo está diretamente ligado às universidades, onde a pesquisa e a formação de pesquisadores/as se institucionalizaram com intensidade nas instituições públicas de ensino superior e se vincularam ao sistema de pós-graduação, em particular após a criação e o fortalecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os efeitos subsequentes à reforma universitária de 1968 (DURHAM, 1998).

É importante notar que o campo editorial tem importantes diferenciações internas. Os periódicos variam muito em termos de qualidade acadêmica, relevância, consolidação, acesso a recursos, inserção em redes institucionais, escopo, entre outros fatores. Diante disso, seria equivocado investigar a participação feminina e a abordagem do tema gênero tomando-se o campo

editorial no país como um todo homogêneo. É importante levar em conta que esse campo tem diferentes localizações e estratos, bem como diferentes referências para mensurar e monitorá-lo.

Desde a segunda metade dos anos 1980, cujo marco foi a preparação e a instituição da Constituição Federal de 1988, ações de estímulo à ciência no país e ao diálogo internacional também se empenharam em estabelecer maior rigor e organização ao campo editorial. Em particular, após a década de 1990 até hoje, houve nova direção para a diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior, aproximando o modelo das nossas universidades ao modelo anglo-saxônico em sua versão estadunidense (SAVIANI, 2010), que preza pela difusão do conhecimento científico via periódicos. Haja vista que a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) foi fundada na época por pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos e com o objetivo de desenvolver e aprimorar os periódicos técnico-científicos, além de aperfeiçoar a comunicação de suas informações. Dentre várias de suas finalidades, ressalta-se o zelo pelo elevado padrão da forma e conteúdo das publicações científicas.

Em consonância com o ambiente gerado pelo novo modelo e a atuação da ABEC, sobressai o principal portal de acesso ao estrato superior de periódicos desse campo editorial: a biblioteca eletrônica científica on-line, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Concebida em 1997, foi lançada no ano seguinte com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Reúne hoje mais de 270 revistas de destaque em suas áreas de conhecimento. Tornou-se, então, base de dados para agências de fomento e avaliação dos periódicos, bem como para os *rankings* de classificação dos periódicos científicos no país.

Embora a comunicação de resultados investigativos nas Ciências Sociais e Humanas viesse sendo habitualmente feita por intermédio de livros e seus capítulos até os anos 1990 (MUELLER, 1999), nas últimas décadas tem-se observado considerável crescimento da quantidade de seus periódicos científicos. Estudo realizado por Santos e Noronha (2013) sobre 73 periódicos dessa área, indexados na SciELO, revela que evoluíram significativamente e já não se encontram mais tão distantes, em termos de aspectos formais dos de outras áreas com maior tradição de difusão do seu conhecimento nesse formato, Ciências Exatas, Biológicas e da Saúde. Logo, os periódicos das Ciências Sociais e Humanas passaram a ser um espaço relevante para o desvelamento de vários aspectos, fluxos e características da área, a exemplo de artigos recentes

voltados a discutir o perfil ao longo do tempo de revistas A1 e suas produções como Collares, Tavolaro e Almeida (2016); David *et al.* (2022); Campos e Cândido (2022).

No presente contexto, dá-se foco a um subconjunto de revistas de excelência, altamente consolidadas, com ao menos trinta anos ininterruptos de atuação e, portanto, partícipes desse processo histórico de conformação do nosso campo editorial e com perfil de editoração semelhante ao da Sociedade e Estado. Restringe-se, assim, o levantamento neste artigo a revistas indexadas no SciELO, portanto, de acesso aberto, e consideradas A1, atribuição mais elevada aos periódicos, conferida pela CAPES, o que não significa selecionar as melhores revistas, apenas manejar o Qualis como instrumento para reflexões sobre a produção intelectual e as referências de avaliação e divisões disciplinares<sup>1</sup>. Além disso, são incluídas apenas revistas com alcance temático geral, já que revistas dedicadas a um assunto restrito não seriam bons espaços para se identificar a evolução na abordagem referente ao tema gênero e seu espraiamento pelas Ciências Sociais, que não seja aquele sob seu escopo. Em futuros trabalhos, será relevante observar, comparativamente com as Ciências Sociais, possível segregação do tema gênero ou da sub-representação feminina em revistas de outras áreas.

No tocante também a revistas dedicadas a um assunto restrito, vale destacar duas relevantes e pioneiras nos estudos específicos de gênero no país (KIRJNER, 2016), também classificadas A1 nas últimas categorizações do Qualis e integrantes da plataforma SciELO: Revista Estudos Feministas (REF), iniciada em 1992 e atualmente editada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Cadernos Pagu, iniciada em 1993 e vinculada à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trata-se de periódicos interdisciplinares, de acesso aberto e que promovem o debate sobre gênero a partir de contribuições de distintas áreas do conhecimento, bases metodológicas, bibliográficas e teorias feministas. Sem dúvida, movimentaram, aprofundaram e qualificaram o debate sobre gênero no país, bem como o inseriram em redes internacionais por meio da disponibilização de artigos, entrevistas, resenhas e outros manuscritos de ou sobre expoentes estrangeiras/os. Parte significativa das publicações sobre gênero nas revistas

---

<sup>1</sup> É notório, conforme David *et al.* (2002), que os critérios do sistema Qualis decorrem de embates internos à comunidade acadêmica sobre o exame da produção científica dos programas de pós-graduação no país, uma vez que esse sistema impacta na distribuição de recursos, no prestígio e reconhecimento dos pares, não sendo, portanto, apenas técnicos.

brasileiras em geral refere-se a materiais nelas divulgados. Devido a tal perfil estrito ao tema e perspectiva interdisciplinar, ambas não foram incluídas no estudo ora apresentado.

### **3 Debruçando-se sobre as revistas: decisões metodológicas e aproximações do campo**

---

A partir desses critérios, foram selecionadas para o levantamento, além da Sociedade e Estado, as seguintes revistas: Dados, Revista Brasileira de Ciência Sociais (RBCS), Caderno CRH, Tempo Social e Lua Nova. Observa-se que estas cinco são do eixo Rio-São Paulo e de Salvador, locais onde as Ciências Sociais tiveram seu desenvolvimento inicial no país. Portanto, expressam ambientes em que suas linhas de pensamento e suas temáticas centrais foram se consolidando primeiro no panorama nacional. Sociedade e Estado, conforme será mostrado adiante, se insere no Centro-Oeste brasileiro e se vincula à Universidade de Brasília, criada em 1962.

A Dados - Revista de Ciências Sociais (ISSN 1678-4588 versão online), é publicada ininterruptamente desde 1966 pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A RBCS (ISSN 1806-9053 versão online) é editada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) desde 1986. É importante dizer que a ANPOCS reúne como associados uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em Antropologia, Ciência Política e Sociologia do país. A Caderno CRH (ISSN 1983-8239 versão online) é uma publicação de Ciências Sociais, organizada e editada pelo Centro de Recursos Humanos (CRH), órgão da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em coedição com a Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), desde 1987. A Tempo Social (ISSN 1809-4554 versão online), revista de Sociologia, com diálogo permanente com a Antropologia, Ciências Políticas, História e Filosofia, vincula-se à Universidade de São Paulo (USP) e teve sua primeira publicação em 1989. Por fim, a Lua Nova (ISSN 1807-0175 versão online) revista de cultura e política, foi fundada em 1984 pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), entidade jurídica sem fins lucrativos, sediada em São Paulo capital.

Essas revistas oferecem, em seus respectivos sítios eletrônicos, acesso às versões digitais natas ou digitalizadas de suas publicações, desde os primeiros números. A única exceção é a Sociedade e Estado, cujo acervo se encontra disponibilizado ao público apenas desde o ano 2000

na SciELO, e desde 2002 no seu sítio<sup>2</sup>. Nesse caso, parte da busca foi feita no acervo físico disponível na sede da revista. O levantamento para esta pesquisa foi então realizado manualmente, através desses sítios, por uma equipe de três pessoas, envolvendo o e a autor/a deste artigo mais um estudante de iniciação científica<sup>3</sup>. Foram coletadas as duas informações seguintes, tomando-se o ano-volume<sup>4</sup> de publicações como unidade de análise.

A primeira informação coletada foi o número de artigos assinados por autoras do sexo feminino. Nesse caso, considerou-se apenas o único ou o primeiro autor de cada texto, sendo o sexo inferido do nome ali assinado, uma vez que não se é possível saber a identidade de gênero autoatribuída do assinante. A opção por considerar apenas o primeiro autor, em casos de coautoria, levou em conta que é praxe pessoas com maior titulação ou com participação mais significativa na investigação à qual se refere o artigo – coordenadores de equipes de pesquisa, em geral – figurem nessa primeira posição nas Ciências Sociais, ainda que, em outros campos de pesquisa, seja o último nome agregador de mais alto mérito acadêmico. Nos casos em que as convenções sociais e linguísticas em torno do nome não permitiam inferir o sexo sem ambiguidade, foram realizadas, a partir do nome completo da pessoa, buscas na internet por imagens ou outras informações que permitissem tal inferência apenas a partir do fenótipo, mantendo a restrição da busca à convenção sobre sexo masculino ou feminino, não à gênero.

Foi levantado também, ano a ano, o número de artigos publicados sobre a temática de gênero. Aqui a definição operacional adotada merece mais esclarecimentos. A temática de gênero, como muitas outras nas Ciências Sociais, perpassa um sem-número de interesses de pesquisa possíveis, tornando-se eixo articulador à aproximação de diversos conteúdos. Para ficar com alguns poucos exemplos, o gênero constitui uma dimensão relevante na compreensão de objetos de estudo distintos como renda no mercado de trabalho, desempenho educacional, violência, representação política, consumo cultural etc.

Para os propósitos deste estudo, procurou-se adotar um critério mais estrutural das relações de gênero. A ideia não era a de contabilizar os diversos trabalhos que incluem gênero

---

<sup>2</sup> Encontram-se em processo de preparação e disponibilização pública os números antigos da revista.

<sup>3</sup> A participação do graduando em Sociologia/UnB e bolsista de iniciação científica, Lucas Sales de Figueredo, na coleta de dados e reflexões foi de fundamental contribuição a este artigo.

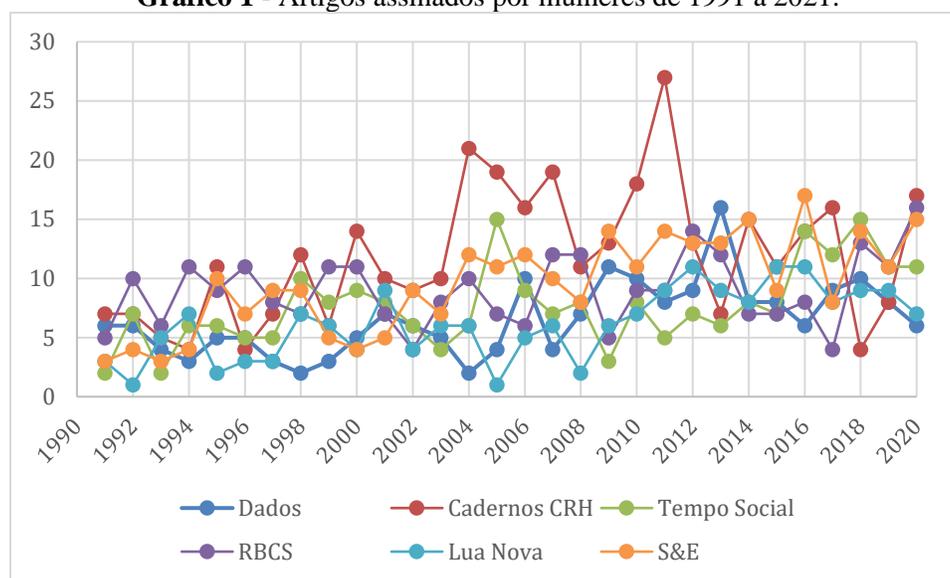
<sup>4</sup> O ano volume coincide com o ano civil mas, eventualmente e, sobretudo, para anos mais antigos, um número pertencente a determinado volume pode ser publicado em ano civil posterior, em função de atrasos no processo editorial ainda em fase inicial.

apenas como dimensão relevante, mas sim aqueles que dão maior centralidade ao tema e que, tomados em conjunto, o instituem enquanto proposição teórico-conceitual, enquanto enquadre interpretativo da realidade social. Obviamente, os dois planos se relacionam. A maior visibilidade da questão de gênero enquanto agenda de pesquisa e marco epistêmico pode estar relacionada à maior visibilidade e fluidez do tema em variados planos e variáveis sociais. Isso, contudo, não obsta a distinção adotada.

O critério operacional para delimitar o conjunto de artigos de interesse foi a presença de alguns termos-chave no título. Iniciou-se a busca com a seguinte expressão: gênero OU mulher\* OU femin\*. Durante a fase inicial do levantamento, mostrou-se importante acrescentar outros três termos. A expressão completa passou a ser: gênero OU mulher\* OU femin\* OU patriarcado OU sex\* OU estupro. Na medida em que o levantamento prosseguiu, alguns novos termos se fizeram sugerir, mas não foram adicionados à expressão para que se mantivesse a consistência do levantamento ao longo dos 30 anos, não apenas em momentos pontuais – tais como a sigla LGBTs. Afinal, perder-se-ia a comparabilidade ano a ano caso os critérios de busca para os anos mais recentes de publicação passassem a diferir dos adotados para os anos anteriores. Também não foi adotado o termo violência, por exemplo, por abrir um leque de opções relacionadas à segurança pública e aos estudos sobre conflitualidade que abrangia grupos sociais que não os relacionados à violência de gênero. Esta violência de gênero, quando presente, foi contemplada na expressão completa mencionada mais acima, neste parágrafo.

A leitura flutuante de resumos de artigos consultados sugere que o procedimento adotado produziu uma medida conservadora da presença do gênero no *corpus* de publicações levantadas. Os artigos selecionados certamente tratam com a esperada centralidade questões de gênero. Por outro lado, há artigos não incluídos pelos critérios de busca e, portanto, não contabilizados, que parecem sim incluir gênero como dimensão relevante. Mais uma vez, diante da possibilidade de flexibilizar os critérios de busca para incluir casos como esses, optou-se antes por manter fixos os critérios, privilegiando a consistência interna do levantamento e o caráter exploratório desse estudo, assim como sua possibilidade de replicação.

O Gráfico 1 abaixo, mostra, para cada revista, o número absoluto de artigos assinados por mulheres como primeira autora, publicados ao longo das últimas três décadas, em cada uma das seis revistas consideradas, independentemente de o artigo abordar, ou não, o tema gênero.

**Gráfico 1** - Artigos assinados por mulheres de 1991 a 2021.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Nota-se o aumento consistente no número de artigos assinados por mulheres como primeira autora. A interpretação desse aumento deve levar em conta a já aludida expansão e consolidação do campo editorial das Ciências Sociais, especialmente no que se refere às publicações em periódicos, somado ao aumento da presença de mulheres na pós-graduação no Brasil. Em 2015, o quantitativo de mulheres superou em 15% o de homens na pós-graduação, de acordo com a CAPES (BRASIL, 2017), situação que se tornou ascendente a partir de 2004 (FAPESP, 2018). Nesse ano de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o 11 de fevereiro como data comemorativa do Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, incentivando a igualdade de direitos na academia. No Brasil, em 11 de fevereiro de 2022, elas somavam 54,2% das 395.870 matrículas em cursos *stricto sensu*, sendo 58% mulheres bolsistas CAPES (BRASIL, 2022).

Pelo Censo da Educação Superior 2020, divulgado pelo MEC e INEP em 2022, soube-se que 838.152 mulheres ingressaram em uma universidade e 518.339 concluíram a graduação, enquanto os números para os homens eram menores, respectivamente, 668.996 e 359.890. Além disso, o Censo mostrou que áreas ocupadas tradicionalmente por homens recebiam nova configuração com a chegada delas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2022). Cabe ainda remarcar resultados das ações afirmativas iniciadas nos anos 2000, os quais elevaram as mulheres negras a grupo majoritário graduando nas universidades públicas (PINHO, 2021). Com o avanço das ações afirmativas nos programas de pós-graduação a partir dos anos

2010, mulheres negras e indígenas têm estado mais presentes nos mestrados e doutorados brasileiros (VIERA; ALMEIDA, 2022)<sup>5</sup>.

Com efeito, o total de artigos publicados pelas seis revistas aqui consideradas elevou-se de maneira gradual e constante. Em 1991, esse total era de 91 artigos. Em 2001 era de 118, tendo atingido já valores superiores durante a década de 1990. Durante a década de 2000, esse número oscilou em torno da média de 148. A partir de 2011, esse número subiu de patamar, ficando com uma média de 192 artigos por ano, chegando a 202 artigos publicados em 2021.

Como se nota no Gráfico 1, ao longo desses 30 anos, a *Sociedade e Estado*, acompanhada pela *Cadernos CRH*, vem se destacando pelo número de artigos publicados por mulheres. Durante as décadas de 1990 e 2000, a *RBCS* as acompanhou de perto, apresentando até um maior protagonismo feminino em alguns anos. Já de 2011 a 2021, *Sociedade e Estado* e *Cadernos CRH* mantiveram uma média do entorno de 13 publicações de mulheres ao ano, enquanto no conjunto das outras revistas essa média ficou em torno de nove. Grosso modo, durante os últimos 12 anos, para cada três artigos de mulheres publicados nas outras revistas, *Sociedade e Estado* e *Cadernos CRH* publicaram quatro.

*Lua Nova*, com perfil mais voltado às Ciências Políticas, Sociologia Política e Sociologia Econômica, confirmou os estudos que indicam estas subáreas nas Ciências Sociais contarem com predominância masculina, enquanto a Sociologia *lato sensu* apresentaria paridade entre mulheres e homens nos seus quadros e a Antropologia maior presença feminina (CARPIUC, 2016; CANDIDO, FERES JÚNIOR, CAMPOS, 2019; FERES JÚNIOR, 2020 *apud* CAMPOS E CANDIDO, 2022). Contudo, o fato de as mulheres virem gradativamente aumentando sua assinatura nesse conjunto de revistas, com escopo amplo nas Ciências Sociais, aponta para o fato de que não se encontram situadas apenas em um nicho temático específico, tal qual o de gênero. Sabe-se, também, que outros temas, além de gênero, contam com a forte presença de autoras há

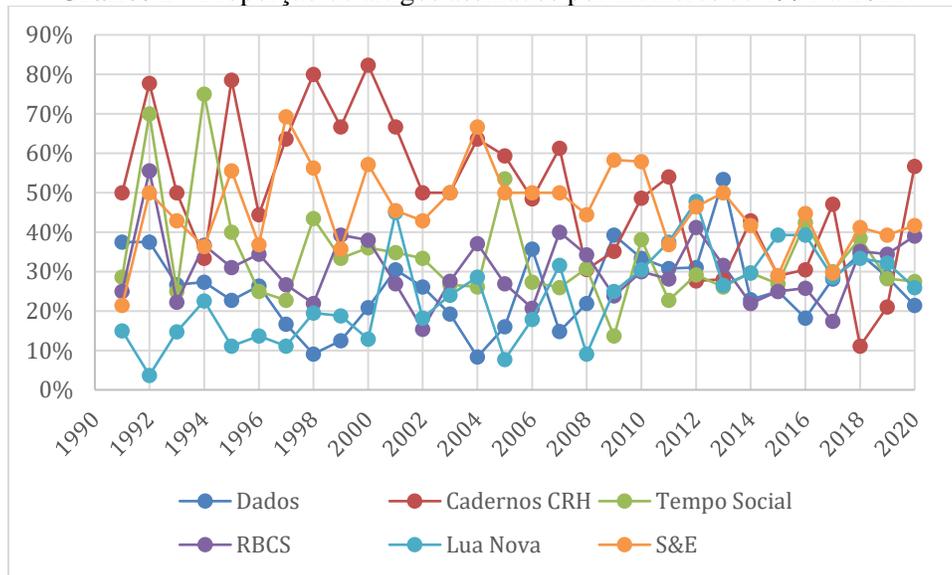
---

<sup>5</sup> Embora tal panorama seja promissor a horizontes equânimes, as desigualdades de gênero persistem entre pesquisadores e pesquisadoras no mundo, conforme Cunha, Dimenstein e Dantas (2021): mulheres constituem parcela minoritária na ciência; concentram-se em algumas áreas; predominam nos níveis iniciais da carreira e são subrepresentadas em posições deliberativas da política científica e tecnológica. Dados do CNPq revelam que, no Brasil, apesar do aumento de mulheres bolsistas de PQ nas últimas décadas, são minoria nesse meio, concentram-se em determinadas disciplinas, enfrentam obstáculos para acessar o sistema e usufruir das bolsas de maior prestígio, bem como mulheres negras e indígenas encontram-se invisíveis.

décadas, a exemplo da área da Educação (ROSEMBERG, 2001). Um levantamento comparativo também poderá ser interessante objeto para estudos futuros.

O Gráfico 2, a seguir, mostra, em termos percentuais, o que esses artigos assinados por mulheres representam proporcionalmente no conjunto de publicações de cada volume das respectivas revistas divide-se o número de artigos assinados por mulheres pelo total de artigos publicados por cada revista, no respectivo ano:

**Gráfico 2** - Proporção de artigos assinados por mulheres de 1991 a 2021.



Fonte: Elaboração própria (2022).

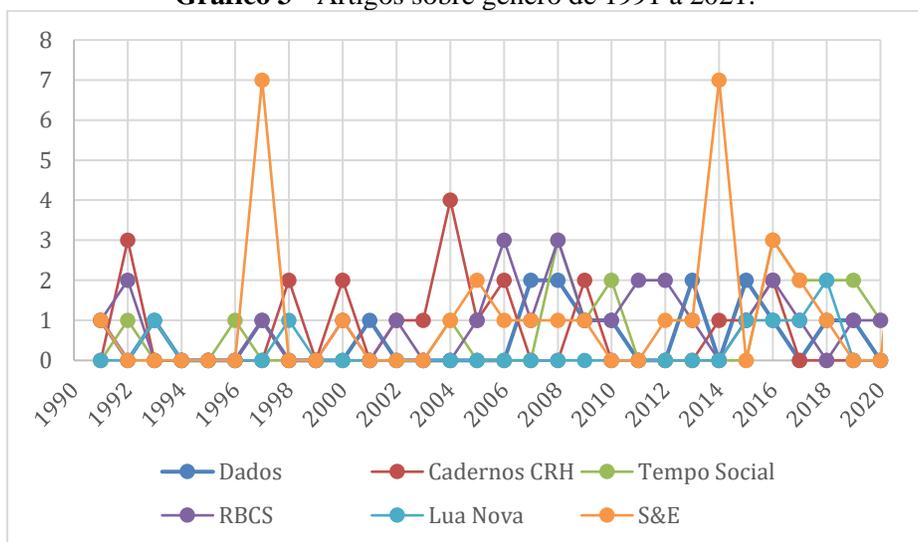
Um primeiro aspecto que se destaca no gráfico é que, ao longo do tempo, há certa convergência geral entre as curvas. É razoável interpretar esse desenho como efeito do aumento geral no número de publicações. Com esse aumento, as diferenças, entre as revistas, no número de artigos publicados por mulheres, tendem a ser menores em termos proporcionais.

Do ponto de vista mais substantivo, nota-se que, para a maior parte das revistas consideradas, as publicações de mulheres flutuam abaixo dos 40%, ficando muitas vezes abaixo dos 30%. Como já mencionado, as flutuações são mais drásticas nos anos mais antigos. Ali não só a quantidade geral de publicações era menor, fazendo com que pequenas variações em números absolutos de publicações significassem muito em termos relativos. Ali também havia um campo editorial menos consolidado, o que tornava as características de cada número e volume publicados muito mais sujeitas a contingências de toda sorte, indo do volume e qualidade dos trabalhos submetidos aos recursos materiais e humanos necessários ao processo de editoração.

O destaque de *Sociedade e Estado* e *Cadernos CRH*, no que se refere ao protagonismo das mulheres nas publicações, fica também evidenciado em termos proporcionais. Em ambas as revistas, a proporção de artigos assinados por mulheres se mantém acima de 40% durante a maior parte do tempo e acima de 30% em praticamente todos os anos. No que diz respeito à *Sociedade e Estado*, em particular, de 2011 a 2021, a proporção de artigos publicados por mulheres foi, em média, de 41%. Desconsiderando-se um ou outro ano de variações extremas, *Sociedade e Estado* e *Cadernos CRH* mantiveram a proporção de publicações assinadas por mulheres oscilando entre 40% e 50% ao longo da última década. Isso contrasta com as outras revistas consideradas, para as quais esse patamar ficou no entorno dos 30%.

O Gráfico 3 abaixo, mostra, em colunas empilhadas, o número de artigos sobre o tema gênero publicados, ano a ano, em cada revista. É importante notar que, embora a maioria o seja, não se trata apenas de artigos assinados por mulheres. Existe alguma presença masculina na produção sobre gênero, muito comumente votado ao gênero como mecanismo de produção e reprodução de desigualdades socioeconômicas.

**Gráfico 3 - Artigos sobre gênero de 1991 a 2021.**



Fonte: Elaboração própria (2022).

Na publicação de artigos sobre gênero, a *Sociedade e Estado* se destaca de todas as demais consideradas. Em 1997 e 2014, vemos uma expressiva publicação de artigos sobre o tema, o que tem a ver com a publicação de dossiês temáticos nesses anos. Em 2021, o número de publicações sobre gênero é mais uma vez alto, o que chama atenção uma vez que, nesse ano, não houve publicação de dossiê temático sobre gênero. O tema de gênero tem então tido penetração regular

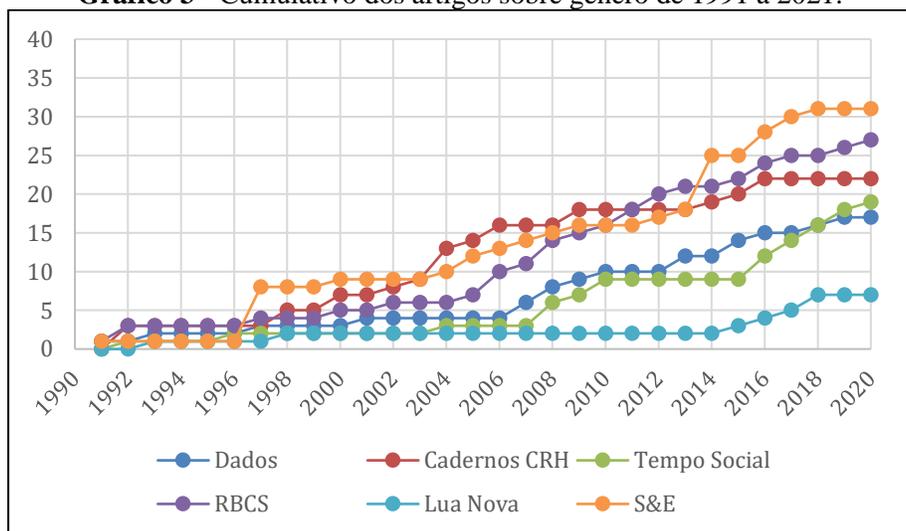
no conjunto de publicações da Sociedade e Estado. Isso indica sua consolidação no escopo temático da revista, não apenas circunscrito a um momento ou outro de visibilidade através de dossiês temáticos, sensibilidade ao tema que se buscará explicar adiante, no item 4.

No caso da revista Cadernos CRH, a temática de gênero tem penetração expressiva, mas menos regular, com alguns anos de maior publicação, associada à edição de dossiês temáticos. Numa posição intermediária entre as duas revistas, encontra-se a RBCS, que mostra um volume expressivo e regular de publicações com tema de gênero ao longo dos últimos 30 anos.

Na sequência, o Gráfico 4 mostra, para cada revista, ano a ano, a quantidade acumulada de artigos publicados sobre gênero. Nota-se que, até o início dos anos 2000, a publicação foi menos expressiva. Até aquele ano, as revistas Sociedade e Estado, Cadernos CRH e RBCS que, no universo das revistas analisadas neste artigo, mais se destacam pelas publicações sobre gênero, tinham acumulado, respectivamente, nove, sete e cinco publicações na área.

Ao longo da primeira década dos anos 2000, o número de publicações sobre gênero, no conjunto das seis revistas analisadas, cresceu consideravelmente, saltando de 28 em 2000 para 71 em 2010. Nessa década, houve uma contribuição de destaque da revista Cadernos CRH, seguida por Sociedade e Estado e RBCS. Ao longo da última década, a presença do tema gênero continuou a aumentar expressivamente. O conjunto das seis revistas chegou ao final do ano 2021 com 133 artigos publicados sobre o tema, com a contribuição destacada de 37 artigos publicados pela Sociedade e Estado.

**Gráfico 3** - Cumulativo dos artigos sobre gênero de 1991 a 2021.



Fonte: Elaboração própria (2022).

O aumento gradativo, nessas revistas, de artigos sobre o tema gênero em uma perspectiva teórico-conceitual estrutural para a compreensão da realidade social revela um aspecto marcante do seu desenvolvimento na agenda científica das Ciências Sociais. Reforça esse aspecto o fato de que, também gradativamente, homens começaram a aparecer como autores únicos ou em segundas posições de autoria junto a mulheres primeiras autoras, nesses artigos em anos mais recentes. Ainda assim, é verdade que as mulheres seguem se destacando fortemente em suas assinaturas, bem como na organização de dossiês que se pautam por esse tema no referido *corpus*.

#### **4 Sociedade e estado: apresentação e discussão de um caso**

---

Sociedade e Estado foi fundada em 1986 e, desde então, vem sendo publicada regularmente pelo Departamento de Sociologia (SOL) da Universidade de Brasília (UnB). Do seu início até abril de 2022, reuniu uma coleção de 36 volumes anuais, 86 números e três edições comemorativas (1993, 1995 e 2016). Possuía o perfil semestral até dezembro de 2004, tornando-se quadrimestral a partir de 2005. A importância da revista, aliada à sua marcante participação nas Ciências Sociais brasileiras e latino-americanas, em especial no âmbito da Sociologia, é amplamente reconhecida por sua alta qualificação e prestígio no meio acadêmico e entre o público em geral. Em alguma medida, narrar e analisar sua história equivale, portanto, a também dar a conhecer informações relevantes a respeito da constituição e do avanço da área, como apontam Collares, Tavolaro e Almeida (2016).

O principal objetivo da revista, assim como das revistas científicas em geral, tem sido colaborar com a atualização e o fomento desses estudos, por intermédio de trabalhos originais, preferencialmente inéditos e oriundos de investigações desenvolvidas em centros de excelência em todo o mundo. Empenha-se em primar pelo tratamento criterioso e organizado dos manuscritos assinados por autores/as promissoras/es e já reconhecidos/as em português e outros idiomas – a maioria em inglês, espanhol e francês –, nas seguintes categorias: estudos teóricos, estudos metodológicos, revisões críticas de literatura, relatos de pesquisa, ensaios, notas técnicas, traduções de trabalhos estrangeiros relevantes, anais, resenhas e notícias. Além desses manuscritos, que se encontram sob a forma de dossiês temáticos, em fluxo contínuo de submissão duplo-cega ou de submissão em conformidade com a Ciência Aberta, há a divulgação de resumos

de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) da UnB defendidas previamente à publicação de cada número desde 2004.

Em 2013, *Sociedade e Estado* alcançou o Qualis A1 na Sociologia, o qual permanece até a avaliação do último quadriênio 2017 - 2020. Conta, ainda, com conceituação elevada desse Qualis em várias outras áreas da produção científica: Comunicação/Informação, Antropologia/Arqueologia, Ciências Políticas/Relações Internacionais, Psicologia, Serviço Social, Administração Pública e de Empresas/Ciências Contábeis/Turismo, Artes/Música, Ciências Ambientais, Direito e outras. Seu impacto positivo ultrapassa o universo acadêmico brasileiro, consolidando-se como periódico importante na América Latina e na Península Ibérica, especialmente após ter se tornado um periódico também on-line, aberto e gratuito, em 2012 (ISSN 1980-5462) em coexistência com sua versão impressa (ISSN 0102-6992, extinta em 2018). De acordo com Collares, Tavolaro e Almeida (2016), essa classificação foi-lhe atribuída de modo coetâneo à nova nota obtida pelo PPGSOL na avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia de 2013 pela CAPES, ocasião em que ascendeu ao conceito 6 e, na avaliação seguinte, ao conceito máximo 7. Esse fato sugere a relevância da revista para a atribuição da excelência do PPGSOL, período em que a professora Lourdes Maria Bandeira era sua editora-responsável. Enfim, para além da *Sociedade e Estado*, sugere-se a existência de uma relação entre o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação e a classificação dos periódicos a eles relacionados no país, algo que pode ser aprofundado por pesquisas futuras.

Em busca de ampliar e tornar mais célere a difusão de sua produção, as equipes editoriais a têm inserido em extensas bases de indexação. Nas duas últimas décadas, a indexação da revista vem sendo realizada em uma série de plataformas nacionais e internacionais, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), *Citas Latino-americanas de Sociología y Economía* (Clase), Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Dataíndice), *Ebsco Publishin*, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex), *Scopus-Elsevier*, além, evidentemente, da SciELO.

Nesses 36 anos, produzida sem qualquer finalidade lucrativa, assim como a maior parte dos periódicos nacionais de acesso aberto, a revista tem sido majoritariamente apoiada com recursos do CNPq, da CAPES, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do

Ministério da Educação (MEC), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Funatec) e da própria UnB. Em geral, o aporte desses recursos ocorreu por meio de concorrência em editais públicos de fomento a periódicos científicos ou via projetos específicos para custear suas despesas. Manter um periódico científico de qualidade e por décadas no Brasil tem sido um árduo desafio. A falta de financiamentos e condições para a edição regular da produção científica se agravou nos anos de 2020 e 2021, em especial às Ciências Sociais, que estão sendo desvalorizadas em tempos de pandemia COVID-19, quando os subsídios se dirigem a áreas outras, vistas como prioritárias (AWA, 2021).

A revista recebe em torno de 30 manuscritos por fluxo contínuo ao mês, 360 por ano; e cada um deles passa por uma triagem inicial da equipe editorial. Aproximadamente 60% dos artigos recebidos são encaminhados para a avaliação dos/as pareceristas logo após a averiguação de que se encaixam em escopo, em qualidade e nas regras definidas no estatuto da revista. Do conjunto de submissões aceitas à avaliação, cerca de cinco textos mensais são inicialmente rejeitados por questões de forma e/ou conteúdo. Os artigos dos dossiês também são submetidos a processo de avaliação por pares. Nos últimos anos, aumentou bastante a procura por publicação na revista, por ser hoje difundida a amplos grupos de leitores/as e gozar de elevado prestígio, bem como ser a publicação, especialmente em revista A1, importante métrica na carreira acadêmica e docente. A escolha de avaliadoras/es, voluntárias/os e sem qualquer remuneração, leva em conta a titulação de doutorado, a especialidade temática e a disponibilidade de tempo para a emissão dos pareceres. Uma vez concluídos e em caso de serem positivos, os pareceres são repassados aos/às autores/as a fim de que os manuscritos possam ser aprimorados, completando assim um circuito rico à produção do conhecimento científico. De acordo com comunicação informal, no contexto da presente investigação, com membros da equipe editorial da revista, a Sociedade e Estado recebe, com frequência, *feedbacks* de autoras/es em relação à leitura criteriosa dos/as pareceristas e, estes/as, por sua vez, *feedbacks* sobre a elevada qualidade dos trabalhos avaliados.

Em relação a aspectos importantes que deveriam ser aperfeiçoados a fim de possibilitar que periódicos das Ciências Sociais e Humanas dessem um salto qualitativo ainda maior, conforme foi identificado por Santos e Noronha (2013), Sociedade e Estado hoje os supriu, a saber: (i) contribui para a diversificação do local da produção em revistas, que estava centrada na região sudeste até o início dos anos 2000, por ser uma revista do centro-oeste do país; (ii) está indexada

em grandes plataformas internacionais; (iii) observa com rigor a padronização de normas para a publicação; (iv) adota outros idiomas, os quais estão sempre presentes nos volumes da última década; e (v) mantém a transparência de todo o processo de avaliação dos manuscritos desde a submissão, a qual está facultada à Ciência Aberta desde 2020.

Ressalta-se que, em 2018, a revista já ocupava a quinta posição entre os periódicos nacionais da área de Ciências Sociais – a qual inclui a subárea de Ciência Política e de Economia – mais acessados pela base *Scopus*. Em abril de 2022, pelas métricas disponíveis na SciELO nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, contava com 7.847.643 acessos. O número de citações concedidas é de 72 pontos, ficando em segundo lugar, apenas atrás da revista RBCS. São 77 os pontos alcançados por citações obtidas por periódicos, situando-se em primeiro lugar da lista. Seu H5 segue em linha ascendente nos últimos anos, alcançando 16 pontos, assim como seu M5 subiu consideravelmente nos últimos anos, atingindo 60 pontos<sup>6</sup>.

Com relação ao tema gênero nas suas páginas, nota-se que Collares, Tavolaro e Almeida (2016) já haviam identificado como marcante ao longo de sua existência, embora não tenham feito o recorte metodológico ora utilizado. Mas a busca em títulos, resumos e palavras-chave dos artigos e resenhas revelou-o como tema significativo à história e perfil da revista, assim como revelou alguns dos artigos de autoria feminina brasileira serem os mais acessados até a época: Scherer-Warren, I. (2006) *Das mobilizações às redes de movimentos sociais* (53.867 acessos); Küchemann, B. A. (2012) *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios* (44.548 acessos); Aguiar, N. (2000) *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo, 2000* (34.968 acessos). Em 2022, as mulheres seguem figurando como autoras dos artigos mais acessados nas métricas da Sociedade e Estado: a mexicana Romero, T. I. (2022) *Sociología y política del feminicidio; algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano* (85.698 acessos); a colombiana e outros Albornoz-Arias, N. et al. (2022) *Conflictos en la frontera, los derechos y las políticas de un pacto social* (72.720 acessos), e a brasileira Aguiar, N. (2022) *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo, 2000* (56.784 acessos). O número com o dossiê Gêneros e feminismo(s): novas perspectivas teóricas e caminhos sociais, V. 29 N. 2 de 2014, organizado por

---

<sup>6</sup> Os Índices H5 e M5 organizam o *ranking* dos periódicos com base na média de referências que seus artigos obtiveram. Conforme o *Google* acadêmico o H5 é o indexador h dos artigos publicados nos últimos cinco anos. Trata-se do maior número h de uma publicação, em que h artigos publicados tenham sido citados no mínimo h vezes cada. A mediana (M5) de uma publicação é a média de citações para os artigos que compõem seu H5.

Tânia Mara Campos de Almeida, foi o mais acessado de sua coleção até o momento (447.570). Sobressai, ainda, o artigo de Collins, P. H. (2016), aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro, citado 346 vezes em 2016, segundo o *Google acadêmico*.

Collares, Tavolaro e Almeida (2016) também levantaram os nomes que compuseram a editoria da revista até meados de 2016. Ao revisar e atualizar estes nomes no presente estudo, nota-se que as editoras mulheres somam 26 dos 36 anos da revista. Embora a revista seja um projeto coletivo do SOL da UnB e, portanto, a atuação dessas editoras nunca ocorreu isoladamente de equipes, comitês e conselhos editoriais, são expressivos tais anos de desempenho de um papel de alta responsabilidade, segundo seu Estatuto<sup>7</sup>. Como conclusão, esses autores apontam para o fato da Sociedade e Estado terem contribuído significativamente para compor a literatura formativa de um amplo universo de cientistas sociais do país e de áreas afins. De modo curioso, observou-se que a Cadernos CRH igualmente contou com a frequente dedicação e o comprometimento de editoras mulheres para sua fundação, solidificação e desenvolvimento. Essa característica de ambas as revistas sugere a possibilidade de terem ganho destaque no tema de gênero e da autoria feminina dos artigos a partir de algum nexo de sentido com a alta frequência das editoras mulheres. Futuramente, estudos poderão se debruçar mais detidamente sobre essa questão.

Apesar da presença maciça das editoras na Sociedade e Estado, nota-se que a revista nunca possuiu nenhuma estratégia para estimular a equidade de gênero entre suas autoras e pareceristas. A participação destas, até o momento, tem sido resultado proveniente da dinâmica espontânea das pesquisadoras interessadas em publicar e na dinâmica da busca por avaliadores/as qualificados/as. Mas, evidentemente, autoras podem se sentir mais estimuladas à submissão, assim como pareceristas mulheres mais comprometidas em atender às solicitações de avaliação, por vislumbrar a inserção das mulheres na editoria. Suposição que também merece estudo futuro.

É recente, aproximadamente nos últimos dois anos, que a observação sobre o equilíbrio entre autoras e autores passou a chamar a atenção dos periódicos científicos no país e no mundo, diante de dados sobre a diminuição de submissões de manuscritos por parte de mulheres durante a pandemia de COVID-19, segundo revelou a Dados (CANDIDO; CAMPOS, 2020; CANDIDO;

---

<sup>7</sup> O Estatuto da Sociedade e Estado encontra-se disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1YPctKvEa2O0LqtGyrGgdTRUrGmZ-cdg3/view>.

CAMPOS, 2022) e o relatório da *American Journal of Political Science* (AJPS), segundo Dolan e Lawless (2020). Esse fato também foi observado nos registros de submissões na Sociedade e Estado nos anos de 2020 e 2021. Nesse sentido, a revista iniciou a coleta por informações adjacentes às condições de gênero, raça e filiação institucional das pessoas que a buscam para publicar, em breve, questionário a ser respondido no ato da submissão de seus manuscritos a partir de 2021.

## 5 Considerações finais

---

O presente artigo, por meio de estudo exploratório e descritivo, mostrou como a presença das mulheres na Sociedade e Estado, assim como em outras revistas científicas de perfil semelhante, é expressiva na condição de autoras desde suas fundações. Nesse periódico, em particular, é também expressiva a contribuição à editoria, tornando-se alicerce de sua produção. O tema gênero encontrou grande receptividade nesse conjunto de revistas, embora com menos expressão na revista Lua Nova, o que não inviabiliza vê-lo se tornar uma referência importante para a expansão do conhecimento das Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia, nos últimos trinta anos.

Nota-se, por intermédio deste estudo exploratório, que esse tema não estava apenas adentrando as páginas das revistas, mas tornando-se objeto central de estudo nas instituições de ensino superior e no Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil. Hoje, esse tema não parece apresentar dificuldades em figurar em periódicos do estrato superior e que se inserem em redes internacionais permanentes de diálogo acadêmico. Homens têm se debruçado sobre ele, apesar de artigos sobre gênero permanecerem fortemente na assinatura das mulheres. Estas, por sua vez, foram vistas transitar por artigos que não estão apenas nesse nicho teórico-específico, mas por todos os conteúdos e interesses investigativos da área.

Como os periódicos científicos constituem fóruns privilegiados para anunciar resultados de pesquisas, submeter a produção a julgamento entre pares e receber contribuições, viabilizam o processo de elaboração do conhecimento intra e inter áreas disciplinares. Além da grande importância na legitimação e institucionalização do conhecimento na atualidade, os periódicos têm se tornado um canal para a veiculação de informações junto às sociedades em geral, garantindo a publicidade desse patrimônio da humanidade. Logo, seguir investigando-os favorece a

compreensão dos bastidores do campo editorial e, por conseguinte, intervenções necessárias para torná-lo mais equânime em termos das desigualdades de gênero e outras aí reproduzidas. Igualmente, de modo indireto, favorece a compreensão do meio em que a formação de docentes, acadêmicos/as e pesquisadores/as vem ocorrendo no país, fornecendo ainda subsídios para ações nesse âmbito.

## Referências

---

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, jun./dez., 2000.
- ALBORNOZ-ARIAS, N., RUSCHEINSKY, A., MAZUERA-ARIAS, R.; ORTIZ, F. Conflictos en la frontera, los derechos y las políticas de un pacto social. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 2, maio/ago., p. 403-428, 2019.
- ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (orgs). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.
- AWA, A. K. Grim perspectives for Brazilian periodicals. **An Acad Bras Cienc** **93**, 1 (editorial), 2021.
- BIZZO, M. L. G. Difusão científica, comunicação e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, (1), jan./fev., p. 307-314, 2002.
- CANDIDO, M. R. e CAMPOS, L. A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, **Blog Dados**, 14 de maio, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.
- CAMPOS, L. A e CANDIDO, M. R. Transparência em dados: submissões, pareceristas e diversidade no fluxo editorial dos últimos anos. **Dados**, v. 65, n. 1, p. 13-28, 2022.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Pós-graduação brasileira tem maioria feminina**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina>. Acessado em: 15 jan. 2023.
- CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. Pandemia pela Covid-19. **Estudos Avançados**; v. 34, n. 99, p. 209-223; 2020.
- COLLARES, A. C.; TAVOLARO, S.; ALMEIDA, T. M. C. Sociedade e Estado (S&E): trinta anos de produção científica e pioneirismo na difusão do conhecimento em sociologia no Brasil.

**Sociedade e Estado**, v. 31, n. Especial Sociedade e Estado 30 anos - 1986-2016, p. 939-952, 2016.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016.

CUNHA, R., DIMENSTEIN, M.; DANTAS, C. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde debate**, 45 (spe1). p. 83-97; 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>. Acesso em: 28 jan. 2023.

DAVID, M. L. *et al.* A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 217-244, 2022.

DOLAN, K.; LAWLESS, J. It takes a submission: gendered patterns in the pages of AJPS, **Blog AJPS**, 20 April 2020. Disponível em: <https://ajps.org/2020/04/20/it-takes-a-submission-gendered-patterns-in-the-pages-of-ajps/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

DURHAM, E. R. As universidades públicas e a pesquisa no Brasil. 1998. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt9809.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Fapesp). **Revista Pesquisa**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/titulos-de-doutorado-no-brasil-participacao-feminina/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PINHO, A. Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/08/mulheres-negras-sao-hoje-maior-grupo-nas-universidades-publicas-do-pais.shtml#:~:text=Avan%C3%A7o%20ocorreu%20junto%20com%20a%C3%A7%C3%B5es,negros%20ajuda%20a%20explicar%20fen%C3%B4meno&text=Discriminadas%20no%20mercado%20de%20trabalho,superior%20p%C3%BAblicas%2C%20mostram%20levantamentos%20recentes>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GODOI, F. S. **Indicadores de gênero no periódico Scientometrics (1981-2017)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina, São Carlos, 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Ensino superior impulsiona conquistas femininas no mundo do trabalho. **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/especial-publicitario/puc-goias/guia-do-ensino-superior/noticia/2022/10/19/ensino-superior-impulsiona-conquistas-femininas-no-mundo-do-trabalho.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2023.

KIRJNER, D. A. P. **Entre gênero e espécie: à margem teóricas das Ciências Sociais e do feminismo**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 1, jan./abr., 2012.

MARCELO, J. F.; HAYASHI, M. C. P. I. Estudo bibliométrico sobre a produção científica no campo da sociologia da ciência. **Informação & Informação**; v. 18, n. 3, p. 138-153, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). No Brasil, mulheres são maioria nos cursos de pós-graduação. **Portal do MEC**, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/45981-no-brasil-mulheres-sao-maioria-nos-cursos-de-pos-graduacao>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, dez., 1999. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/985>. Acesso em: 25 abril. 2022.

PORTO, C. M., (org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROMERO, T. I. Sociología y política del feminicidio: algunas claves interpretativas a partir de caso mexicano. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 373-400, 2014.

ROSSITER, M. W. The Matthew Matilda effect in science. **Soc Stud Sci**, London, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

ROSEMBERG, F. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**. v. 27, n. 1, p. 47-68, 2001.

SANTOS, S. M.; NORONHA, D. P. Periódicos brasileiros de Ciências Sociais e Humanidades indexados na base SciELO: características formais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p. 2-16, abr./jun., 2013.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, ago./dez., p. 4-17, 2010.

SCHERER-WARREN, I., Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, jan./abr., 2006.

VIEIRA, N. S.; ALMEIDA, T. M. C. Reescrevendo histórias e inscrevendo-se no território acadêmico: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras. *In*: ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (orgs.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 221-258.